

3 Linguagem e Discurso

Sendo isto. Ao doido, doideiras digo. Mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda. (Rosa, J. G., 2006, p. 100).

Falantes e ouvintes estão em constante processo de troca: aquilo que um diz é construído por algo que lhe foi anteriormente dito e é construtor do que o outro dirá em seguida. A natureza dialógica da linguagem se encontra em todas as esferas da comunicação humana, inclusive no discurso literário, como ilustrado na epígrafe que abre este capítulo. Nas palavras de Bakhtin (2006 [1979], p. 271) “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva; toda compreensão é preche de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”. Entrevistas, como as realizadas para este estudo¹, são exemplos dessa afirmação.

O trecho de Guimarães Rosa, acima, mostra que o falante estrutura seu discurso a partir da imagem que é construída do outro, o que o outro diz espelha a forma como o falante entende o interlocutor (Mills, 1997). Em se tratando da realidade da pesquisa, os papéis de entrevistadora e entrevistados foram sócio-construídos pela situação em que estavam inseridos. Por mais que o roteiro utilizado com os participantes tenha sido basicamente o mesmo, em cada entrevista esses papéis foram singulares. Isto se deve ao fato de o contexto das interações serem únicos (Halliday e Hasan, 1989), co-construídos pelas identidades dos sujeitos, suas histórias de vida e os elementos conjunturais em que o evento aconteceu.

Devido à exclusividade das interações, tomamos conhecimento, por meio delas, de crenças individuais. Como Morin (2000, p. 14 – grifos do autor) coloca, “o conhecimento não pode ser considerado uma ferramenta *ready made*, que possa ser utilizada sem que sua natureza seja examinada”. O saber ou o conhecimento docente não surge simplesmente; ele é construído por uma série de

¹ Três transcrições integrais das entrevistas realizadas encontram-se no Anexo 3.

fatores. Nesse sentido, as entrevistas realizadas nessa pesquisa são fontes válidas não só de acesso ao que os professores pensam e sabem, mas também de construção dos mesmos. Conforme Barcelos (2004, p. 140) “crenças são construídas no discurso”.

Cada educador possui seu próprio conjunto de saberes, que é compilado socialmente, com base em suas experiências, história profissional, complexas trocas com os alunos em sala de aula, momento sócio-histórico, entre outros (Tardif, 2002). O saber docente é, então, uma construção coletiva, dialógica e, acreditamos, por meio de interações, que ele se revela e se (re)constrói.

Essa breve introdução serve para antecipar o que abordaremos ao longo do presente capítulo: a natureza das interações e o que compreendemos por análise do discurso. A primeira parte, portanto, discute as noções que dão nome ao capítulo a partir de uma tentativa de articulação do que se entende por dialogismo (Bakhtin, 1979 [1930]), contexto (Halliday e Hasan, 1989) e teoria social do discurso (Fairclough, 2001). Na segunda parte, buscamos mostrar a abordagem de corpus como uma possibilidade analítica do discurso (Tognini-Bonelli, 2001; Thompson e Hunston, 2006; Oliveira, 2009).

3.1. Linguagem e discurso: uma visão social

Quando se pensa em ‘linguagem’, ou na tentativa de defini-la, parece impossível não ter a significativa contribuição de Ferdinand Saussure como ponto de partida. Não é interesse deste trabalho o aprofundamento do que pensava o teórico, mas suas considerações principais e mais gerais merecem destaque. De acordo com Saussure (2004 [1916], p. 17), a linguagem é “multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios”. Quer dizer, ela está em constante estado de evolução, apresentando-se, a todo instante, como “uma instituição atual e um produto do passado” (Saussure, 2004 [1916], p. 16), abarcando as manifestações – físicas, fisiológicas e psíquicas – que fazem parte da comunicação verbal. Isto explica o fato de, para o autor, a mesma possuir uma dimensão social, a *língua*, e outra individual, a *fala*. Então, para Saussure ([1916] 2004), ambas as dimensões são formas de manifestação da linguagem, que, dada sua complexidade, não é passível de classificação em nenhuma categoria de “fatos

humanos” (Saussure, 2004 [1916], p. 17), já que não há como perceber a sua unidade. A língua, ao contrário, embora seja uma manifestação, segundo o autor, a principal, “é um todo por si e um princípio de classificação” (Saussure, 2004 [1916], p. 17). Enquanto a língua é definida como social e essencial, a fala, por outro lado, notoriamente relegada o segundo plano, é tratada como individual, acessória e mais accidental. Saussure (2004 [1916], p. 22) afirma que:

A língua não constitui, pois, uma função do falante: o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação (...). A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e de inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psicológico que lhe permite exteriorizar essas combinações.

Para Saussure, portanto, tanto a língua quanto a fala (“*langue*” e “*parole*” – Saussure, 2004 [1916], p. 21) são objetos de natureza concreta, já que “os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações” (Saussure, 2004 [1916], p. 23). No entanto, a primeira é *exterior* ao indivíduo, enquanto a segunda é *interior* a ele. Sendo assim, o indivíduo não possui autonomia para transformar a língua, sendo a mesma uma espécie de tratado entre membros de uma dada comunidade, enquanto a fala é compreendida como puramente pessoal.

Essa dicotomização foi criticada por Bakhtin (1979 [1930]), o qual considerava um equívoco supor-se a objetividade da língua. Antes de propor a interação verbal como forma de superação desta diferenciação, Bakhtin (1979 [1930]) mostra que o posicionamento defendido por Saussure (2004 [1916]) faz parte de uma das duas orientações filosóficas existentes (pelo menos até sua época) para delimitar a linguagem como objeto de estudo, a saber: o *subjetivismo idealista* e o *objetivismo abstrato* (no qual se insere o pensamento de Saussure).

Em linhas gerais, de acordo com a primeira orientação, “a língua constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade”; enquanto que para o objetivismo abstrato ela é, na verdade, “um arco-íris que domina este fluxo” (Bakhtin, 1979 [1930], p. 63). De acordo com

Freitas (2006), as duas orientações apresentam problemas para Bakhtin. Grosso modo, pode-se dizer que uma pecaria por perceber o fenômeno linguístico como uma criação individual; já a segunda orientação, contrariamente, estaria equivocada ao compreendê-lo como algo externo ao indivíduo. Bakhtin (1979 [1930], p. 109 – grifos do autor) refuta estas duas orientações divergentes e defende a interação verbal como constitutiva da realidade fundamental da língua:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Portanto, para Bakhtin (1979 [1930], p. 110), a língua vive e evolui por meio da comunicação verbal de fato, concreta, e não “no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. Para respaldar seu pensamento, o autor trabalha os conceitos de *expressão*, *enunciado*² e *palavra*, que convergem e constroem a noção de discurso.

A expressão verbal tem a ver com tudo aquilo que, formado no psiquismo do indivíduo, é exteriorizado para alguém por meio de alguma língua. Ela é, portanto, algo que materializa a linguagem. A expressão supõe um dualismo entre o que é interno, onde se concentram as suas “forças criadoras e organizadoras”, e o que é externo, que “constitui apenas o material passivo do que está no interior” (Bakhtin, 1979 [1930], p. 97). Isto significa que a expressão constrói-se dentro do sujeito e a sua verbalização é uma espécie de interpretação. Disto, Bakhtin conclui que “não é a atividade mental que organiza a expressão”, mas, inversamente, é ela que organiza a atividade mental, modelando e determinando sua orientação

² Na obra *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 2006 [1979], p. 261), o tradutor, Paulo Bezerra, explica em nota de rodapé: “Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* quer para o ato de produção do discurso oral, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura, etc.” O tradutor optou por não fazer a distinção (já que o próprio autor não a fez), utilizando o termo “enunciado” em diferentes circunstâncias. Já em *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN, 1979 [1930]), por outro lado, o mesmo termo foi traduzido por Michel Lahud e Yara Vieira das duas maneiras possíveis. Aqui, a fim de buscar uma uniformização, opta-se por ‘enunciado’, seguindo a orientação de Paulo Bezerra.

(Bakhtin, 1979 [1930], p. 98). Sendo assim, para o autor, o mundo interior e a expressão estão em constante processo de negociação.

Isso se relaciona ao que se compreende por enunciado, como “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (Bakhtin, 1979 [1930], p. 98). Cada enunciado resulta de uma atividade mental e articula-se numa espécie de cadeia com outros. Seus limites definem-se pela alternância dos falantes, tendo, portanto, um princípio e um fim claramente demarcados e suas partes componentes são as sentenças e as palavras. (cf. Bakhtin, 2006 [1979]).

Ao abordar a palavra, Bakhtin (2006 [1979]) a vê como um facilitador da ação enunciativa, o que significa que o sentido não se esgota nela, sendo participante de todo o contexto que determina um texto e culmina por dar voz ao indivíduo. Por isso, para Bakhtin (2006 [1979]), a palavra é, no nível do uso da língua, parte do enunciado, e, no nível semântico, um fenômeno ideológico. Ao exercer o papel de signo, constitui-se “no modo mais puro e sensível de relação social” (Freitas, 2006, p. 139), fazendo-se presente, portanto, nas circunstâncias de interpretação e compreensão. Ela é determinada tanto por proceder de alguém quanto por se dirigir a alguém, constituindo-se em produto da interação. De acordo com Bakhtin (1979 [1930], p. 99) “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”. Bakhtin (2006 [1979], p. 379) afirma ainda que:

Todas as palavras (...), além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação nesse mundo; é reação às palavras do outro (uma reação infinitamente diversificada), a começar pela assimilação delas (no processo de domínio inicial do discurso) e terminando na assimilação das riquezas da cultura humana (expressas em palavras ou em outros materiais semióticos).

A palavra, enfim, é a base para se compreender a natureza da linguagem como sócio-dialógica, já que a mesma não ocorre em um vazio. Ela não é de posse exclusiva do locutor ou do interlocutor, mas de ambos. Nesse sentido, a consciência, as ideias e opiniões só existem de fato após sua realização por meio da interação: “enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser

consciente (...), o seu estado é apenas um esboço (...). Mas assim que passou por todas as etapas da objetivação social, a consciência torna-se uma força real” (Bakhtin, 1979 [1930], p. 104).

O que o outro diz e o próprio processo mental de interpretar esse material antes de uma atitude responsiva já é, por si só, um processo interativo. Como Bakhtin (2006 [1979], p. 327) coloca, “a relação com o sentido é sempre dialógica. A própria compreensão já é dialógica”. Complementarmente, não há limites para essa relação: “nem os sentidos do passado, isto é, nascidos no diálogo dos séculos passados, podem jamais ser estáveis, (concluídos): eles sempre irão mudar no processo de desenvolvimento subsequente futuro do diálogo” (Bakhtin, 2006 [1979], p. 410).

A natureza interativa determina o discurso como o “uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (Fairclough, 2001, p. 90). Ele é um tipo de ação, uma maneira através da qual as pessoas são capazes de agir sobre o mundo, sobre os outros e um modo de se representar o que se constrói como realidade circundante, carregando em seu bojo uma relação de intertextualidade com outros discursos.

Isso significa que a manifestação discursiva é polifônica, ou seja, nela estão presentes muitas vozes, provenientes tanto de herança do meio social em que o indivíduo se insere, quanto de seus antepassados. Para Bakhtin (2006 [1979]), o conceito de ‘voz’ é uma espécie de consciência que fala ou se revela no discurso, sendo carregada de um juízo de valor, de uma visão do mundo, decorrente da natureza ideológica e dialógica da linguagem. Assim, todo discurso encerra em si diferentes ‘vozes’, que ecoam entre os interlocutores e ainda para além deles, mesmo quando não se mostra assim: “as concepções ideológicas também são interiormente dialogadas e no diálogo externo sempre se combinam com as réplicas internas do outro, mesmo onde assumem forma acabada, externamente monológica” (Bakhtin, 2006 [1979], p. 199).

A natureza da linguagem faz com que a mesma seja compreendida como uma espécie de semiótica social – ela é um sistema de significados que está intimamente ligado ao contexto –, ou seja, ela é um dentre outros sistemas de significado (como a pintura, a dança, etc.), em uma cultura, sendo constituída por subsistemas que se interrelacionam formando uma rede sistêmica a fim de exercer

uma função social (Halliday e Hasan, 1989). Essa questão será mais detidamente abordada na próxima seção sobre a Linguística Sistêmico-Funcional.

3.2. Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) vê a linguagem como um sistema semiótico que é estruturado em termos de camadas (estratos) e conecta significados (o estrato semântico) por meio da fala e da escrita (os estratos fonológico e grafológico) (Chouliardak e Fairclough, 2001). Tanto os significados quanto suas expressões possuem interface com o extralinguístico. Essa ligação é mediada por outro estrato: a léxico-gramática. Esta, por sua vez, é construída na interseção das ‘metafunções’ da linguagem: a *ideacional* (construção e representação da experiência de mundo); a *interpessoal* (estabelecimento de relações e construção de identidades); e a *textual* (a linguagem na forma do texto como prática produtiva). Essas metafunções realizam-se por meio de três principais redes de sistemas gramaticais: *Transitividade*, *Modo*, e *Tema / Rema*, respectivamente. Assim, cada oração é vista como gramaticalmente constituída simultaneamente pelas três, ou seja, uma produção semiótica (textual) que constrói o mundo (ideacional) enquanto estabelece relações sociais entre aqueles que a produzem e outros que habitam o mundo (interpessoal). O que se percebe, portanto, é que o social é construído dentro do tecido gramatical da linguagem (Halliday, 1994; Chouliardak e Fairclough, 2001).

Na LSF a ligação entre o semiótico e o social é discutida a partir de dois princípios: realização e instanciação. O primeiro tem a ver com a observação do espaço semiótico em termos de suas relações internas: os estratos (semântico, léxico-gramatical e de expressão) estabelecem entre si uma interdependência; por outro lado, ‘instanciação’ trata a linguagem como um sistema dinâmico aberto que interage com seu ambiente, ou melhor, com o contexto imediato, extralinguístico, situacional do texto (Chouliardak e Fairclough, 2001). Os enunciados, dessa maneira, não são somente produtos, mas processos, no sentido de que representam um contínuo de escolhas semânticas, ou seja, um movimento através de uma rede de significados potenciais em que cada escolha, determinada pelo social, prepara o

terreno para as próximas. O grande diferencial da LSF, em comparação com outras teorias, portanto, é o papel atribuído ao social como determinante do que se produz linguisticamente, contribuindo e ampliando, assim, a visão bakhtiniana acerca do dialogismo da linguagem.

Em suma, para a LSF a linguagem é percebida em termos de escolhas que, como numa via de mão dupla, ao mesmo tempo em que são influenciadas pelo contexto, como a interação entre falantes e ouvintes, são responsáveis por criá-lo (Thompson e Hunston, 2006).

A esse contexto do discurso, Halliday e Hasan, (1989, p. 5) chamam de “contexto de situação”. Segundo os autores, para que se compreenda uma língua, faz-se necessário o estudo de textos e de elementos extralinguísticos, visto que os mesmos não ocorrem em um vácuo social. Portanto, texto e contexto são aspectos de um mesmo processo. O segundo, então, é mais do que o que se realiza por meio da fala ou da escrita. Trata-se, pois, de uma “ponte entre o texto e a situação em que textos efetivamente ocorrem³” (Halliday e Hasan, 1989, p. 5).

O discurso, dessa forma, é produzido e compreendido não como evento autônomo, mas dentro de um contexto de situação compartilhado (Malinowski, 1935; Robins, 2004 [1971]). A atribuição de significado não deveria ser pensada como diádica, ou seja, entre uma palavra e seu referente, mas como um conjunto de relações funcionais e multidimensionais entre o vocábulo no período e o contexto de sua ocorrência. As palavras seriam, assim, partes constituintes do período e contribuiriam para que o sentido fosse alcançado (Robins, 2004 [1971], p. 36).

O ‘contexto de situação’, portanto, refere-se ao entorno imediato do texto, ao ambiente em que ele foi realizado. Este termo, na perspectiva de Malinowski (1923; 1935), inclui não só o ambiente verbal, mas também a situação em que um texto é produzido. Adicionalmente, Halliday e Hasan (1989) afirmam que tanto o conceito de ‘contexto de situação’ quanto o de ‘contexto de cultura’ são essenciais para a compreensão de um texto.

A noção de ‘contexto de cultura’ diz respeito à necessidade de informação não somente sobre o que aconteceu no momento de um evento social, mas também sobre o *background* do mesmo a fim de que qualquer descrição seja

³ Tradução livre de “a bridge between the text and the situation in which texts actually occur”.

adequada (Malinowski, 1923; 1935). Em outros termos, não apenas as evidências imediatas ao evento estão envolvidas em qualquer tipo de interação linguística, mas também toda história por trás dos participantes e dos tipos de práticas nas quais eles se engajam, determinando sua significância para a cultura e contribuindo para a interpretação do significado. Em suma, para adequada compreensão de um texto, as noções de contexto de situação e contexto de cultura evidenciavam-se como igualmente necessárias.

Devido a seus estudos antropológicos, Malinowski (2001 [1944]) entendia que a cultura faz-se importante tanto para a psicologia, a sociologia, a história quanto para a linguística. Segundo ele, a linguística do futuro, especialmente em se tratando da ciência do significado, tornar-se-ia o estudo da linguagem no contexto de cultura. Para o autor, o termo cultura deveria ser visto como produto da ação do homem e como o meio através do qual ele se torna capaz de alcançar seus objetivos – um meio que lhe permite viver, estabelecer um padrão de segurança, conforto e prosperidade, dando-lhe poder e permitindo-lhe produzir. As pessoas vivem de acordo com normas, costumes, tradições e regras, que são o resultado de uma interação entre processos orgânicos e a manipulação do homem de seu ambiente (Malinowski, 2001 [1944], p. 68).

Posteriormente, Firth (1935) e Hymes (1967) ampliaram o conceito original de contexto de situação. Para eles, não era suficiente a noção de contexto de situação como o entorno visual e auditivo de um evento linguístico. Deveria incluir tudo o que se passa no mundo externo ao texto, responsável por fazê-lo o que é. Outros elementos, como os participantes, a forma e o conteúdo da mensagem, os efeitos da comunicação e o meio utilizado (oral e/ou escrito) deveriam ser igualmente levados em consideração.

Para os propósitos da teoria que Firth (1935) se propunha a desenvolver, a concepção de contexto de situação oferecida por Malinowski (1923; 1935) era considerada limitada e insuficiente (Halliday e Hasan, 1989). Na descrição de contexto de situação construída por Firth (1935), os elementos que se fazem presentes são: os *participantes*, a *ação* dos participantes (verbal ou não-verbal), *outras características relevantes da situação* (objetos e eventos ao redor) e os *efeitos* da ação verbal (Halliday e Hasan, 1989).

Outros modelos para caracterizar o contexto de situação foram criados, além do de Firth. Dentre eles, o mais conhecido foi o de Hymes (1967), que identificou

os seguintes elementos: a *forma* e o *conteúdo* da mensagem, o *cenário*, os *participantes*, o *intento* e o *efeito* do ato comunicativo, a *chave* (propósito), o *meio* (o canal, gráfico ou fônico), o *gênero* e as *normas da interação*. De acordo com Hymes (1972, 1992), para que os indivíduos fossem considerados usuários de uma língua capazes de participar da vida social, era necessário considerar sua habilidade de integrar o uso linguístico a outras modalidades de comunicação presentes no momento em que a interação acontecesse. Por exemplo, uma criança não adquire somente conhecimento gramatical de períodos, orações, mas aprende também as situações em que seus usos são apropriados. Ela se torna capaz de realizar uma série de atos de fala, de participar de eventos comunicativos e de avaliar a participação de outros. Quer dizer, “a criança adquire competência para saber quando deve falar, ou quando não deve, sobre o que falar com quem, quando, onde e de que maneira⁴” (Hymes, 1972, p. 277).

A descrição do contexto de situação é objeto de estudos linguísticos porque é por meio dele que os participantes de um processo interativo fazem previsões, na maioria das vezes corretas, acerca do conteúdo subsequente da interação (Halliday e Hasan, 1989). O entorno em que a troca acontece oferece aos participantes informação sobre os significados que estão sendo trocados e sobre os que estão para ser negociados. Assim, o tipo de descrição ou interpretação do contexto de situação mais adequado é aquele que permite fazer previsões sobre significados que ajudem a explicar como as pessoas se interrelacionam discursivamente.

Com base, portanto, nessas considerações acerca do contexto de situação, Halliday e Hasan (1989, p. 12) descreveram e desenvolveram o que entendiam como as variáveis que o caracterizavam: *campo*, *relações* e *modo*, brevemente apresentados abaixo.

(a) *Campo* refere-se à natureza da ação social que está acontecendo: sobre o que se fala ou escreve; os objetivos mais imediatos ou não do texto. É a atividade em que os participantes estão engajados e na qual a linguagem figura como um componente essencial.

(b) *Relações* englobam os participantes da ação social, seus status e papéis. Colocado de outra forma, tem a ver com a interação entre falante e ouvinte (ou

⁴ He or she acquires competence as to when speak, when not, and as to what to talk about with whom, when, where, in what manner” – tradução livre.

escritor e leitor), o tipo de relacionamento entre eles (permanente, temporário etc.) e, a assimetria ou simetria entre os mesmos.

(c) *Modo* lida com a organização simbólica do texto, o papel que a linguagem exerce e aquilo que os participantes esperam que ela faça por eles em uma dada situação.

Os conceitos básicos da LSF oferecem uma percepção ampla e ao mesmo tempo complexa da linguagem como um sistema semiótico formado por níveis ou redes que se entrecruzam. Estes conceitos são importantes na presente tese, principalmente, porque compreendemos o discurso como proveniente de um todo complexo, que ultrapassa o nível linguístico, o qual pode ser objetivamente observado. Essa importância atribuída ao social está no cerne da área de análise crítica do discurso (Fairclough, 2001; Chouliardak e Fairclough, 2001), foco da próxima seção.

3.3. Análise Crítica do Discurso

A partir da leitura de Fairclough (2001), entende-se a Análise Crítica do Discurso como uma abordagem interdisciplinar ao estudo textual, considerando a linguagem uma prática social que busca revelar os fundamentos ideológicos do discurso, os quais, ao longo do tempo, têm sido tratados como comuns, aceitáveis e naturais. Ao definir discurso, Fairclough (2001, p. 91) defende que além de o mesmo ser um modo de representação e uma forma de agir sobre o mundo e sobre as pessoas, “é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis”. O discurso, portanto, ao mesmo tempo em que é pelo social determinado, também o determina. Fairclough (2001) explica esta noção quando defende que o discurso é uma prática não somente de representação do mundo, mas de sua significação, constituindo-o e construindo-o em significado. O autor argumenta que ao construir seu mundo, as atitudes dos indivíduos ao mesmo tempo que moldam são também inconscientemente moldadas por estruturas sociais, pela natureza da prática social e pelas relações de poder.

É possível determinar três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, decorrentes da relação dialética com o social e atribuídos à tessitura textual: as identidades e posições de sujeito; as relações entre as pessoas; e os sistemas de

conhecimento e crença. Coerentemente, Fairclough (2001) associa estes efeitos às metafunções propostas por Halliday (1994): as identidades e as relações sociais corresponderiam à função interpessoal; e os sistemas de conhecimento e crença, à ideacional. Quanto à textual, Fairclough (2001) aponta que a mesma poderia ser acrescentada como equivalente a outro efeito: à forma como as informações são organizadas. Assim, o autor reitera a visão sistêmica de que enunciado é multifuncional e, por isso, uma combinação de significados ideacionais, interpessoais e textuais. Disto, decorre que os sujeitos fazem escolhas acerca do modelo e da estrutura de suas orações e, destas, resultam outras sobre o significado (e a construção) de identidades e relações sociais, bem como de conhecimento e crença (Fairclough, 2001).

Em se tratando de crenças, então, o que percebemos é que elas são condicionadas situacionalmente, ou seja, o contexto influi em sua construção. Por isso, já que o uso social da língua é orientado para a ação, pode-se dizer que o discurso é possibilitador de crenças (Barcelos, 2004).

Perceber a relação dialética entre o discurso e a estrutura social não significa que o primeiro seja reflexo do segundo ou sua fonte. Segundo Fairclough (2001, p. 93), a constituição discursiva da sociedade não surge somente de ideias, mas de uma prática “enraizada em estruturas materiais, concretas, orientando-se para elas” (Fairclough, 2001, p. 93).

O discurso pode ligar-se às várias orientações da prática social – como a econômica, a política, a cultural e a ideológica –, sem se reduzir a nenhuma delas. Nessa tese, uma vez que se pretende analisar o que os participantes dizem sobre literatura e o seu ensino, assume-se que os discursos refletem posicionamentos sociais, ideológicos e políticos, dentre outros. De modo mais concreto, é possível dizer que do discurso dos participantes depreende-se como os mesmos percebem a relação professor-aluno, o que implica um posicionamento político-ideológico.

A visão que Fairclough (2001) possui de que o ideológico e o político constroem-se no discurso é semelhante ao posicionamento de Bakhtin (1979 [1930]), para quem os conflitos linguísticos refletem os conflitos de classe. Quer dizer, a comunicação verbal “pressupõe conflitos, relações de dominação e resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar o seu poder” (Yaguello, 1979, p. 4). Bakhtin (1979 [1930]) mostra que toda modificação da ideologia acarreta uma modificação da

língua. Isso vai perfeitamente ao encontro das pressuposições de Fairclough (2001), o qual, por essa razão, defende que as práticas discursivas contribuem para a transformação ideológica da sociedade e, conseqüentemente, para o aumento ou diminuição das desigualdades. Além disso, o discurso constrói e transforma também os sujeitos (Mills, 1997). Em suma, “as ideologias são significações / construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas / sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117).

A questão da ideologia liga-se diretamente ao conceito de hegemonia, que significa liderança, forma de domínio em qualquer aspecto de uma sociedade. Uma ideologia hegemônica, portanto, é aquela que anula ou minimiza outras circundantes. Como Fairclough (2001) coloca, por ter a ver com poder, a hegemonia é um constante foco de luta entre grupos e classes. Relacionando isso ao objeto de análise dessa tese, o discurso de professores sobre literaturas de língua inglesa e seu ensino talvez possa ser compreendido como hegemônico, quando comparado a outros sobre o mesmo tema, como o dos alunos. Por lidarem com literatura profissionalmente, o saber de professores acerca da questão torna-se legitimado. Ademais, esse discurso docente, além de hegemônico, pode também ser revelador de práticas e ideologias igualmente hegemônicas, como a noção de que o professor detém o saber que deve ser *transferido* para o aluno; ou que o professor sabe e deve determinar o direcionamento das aulas, como evidenciam os estudos de Jordão (2001a) e Zyngier (1999) (cf. Seções 2.2.2 e 5.3).

Em se tratando de hegemonia e ideologia, é importante ressaltar ainda que, apesar de estarem nos textos, nem sempre elas estão explícitas. Os sentidos são produzidos por meio de interpretações e os textos se abrem a múltiplas interpretações. Logo, a percepção de traços ideológicos revela-se para além das palavras, por meio também de outros aspectos semânticos, tais como as pressuposições, as metáforas, a coerência. Até mesmo os aspectos formais dos textos estão investidos ideologicamente (Fairclough, 2001). Sendo assim, cabe colocar que, para Fairclough (2001, p. 122), nem “todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau”, tanto em se tratando de sua constituição, quanto de sua compreensão.

Outro aspecto bakhtiniano presente na teoria de Fairclough (2001) é a questão da intertextualidade⁵. Essa noção direciona-se à produtividade dos textos, à possibilidade dos mesmos de transformarem e reestruturarem alguns já preexistentes e de gerarem novos. No entanto, tal possibilidade é socialmente limitada, restrita e condicionada a relações de poder que moldam e são moldadas por estruturas e práticas sociais, como os discursos. Conseqüentemente, as trocas intertextuais estabelecidas refletem processos e efeitos de luta hegemônica. Por exemplo, se um participante entrevistado nessa pesquisa, ao falar sobre literatura, recorre a algum teórico e com ele concorda ou discorda, percebe-se, de maneira explícita, não só uma relação intertextual, mas também uma disputa hegemônica. À medida que locutores (produtores textuais) e interlocutores (ou intérpretes) confrontam-se, provocam (ou podem provocar) mudanças. Eles desarticulam “ordens de discurso existentes” e rearticulam “novas ordens (...), novas hegemonias (...)” (Fairclough, 2001, p. 128). Os discursos, portanto, são espécies de arenas linguísticas: as diferentes vozes da plateia direcionam a disputa, ecoam interesses diversos à semelhança dos conflitos sociais existentes.

A partir do que se discutiu até agora e transportando tais noções para a realidade dessa tese e seus objetos de análise – os discursos docentes –, é possível chegar a algumas considerações, indicadas a seguir:

- (a) Os posicionamentos ideológicos dos participantes acerca de literatura e de ensino de literatura constroem-se na interação. O direcionamento do processamento mental acerca do assunto das entrevistas é aguçado, ou melhor, provocado pelos questionamentos propostos pela pesquisadora e, a partir deste processamento e, conseqüentemente, de sua expressão, faz-se possível depreender suas opiniões e suas compreensões sobre literatura e seu ensino.
- (b) Esses discursos docentes, no entanto, são polifônicos. Além de resultarem da interação com a pesquisadora, são norteados por vozes, conflitantes ou complementares, diversas, oriundas do social. Aquilo que os professores afirmam sobre literatura e ensino, por mais que seja por eles apropriado e defendido, provém de suas leituras, de suas reflexões, de aulas, da troca com os alunos, das instituições em lecionam, etc. De alguma forma, refutando ou aceitando, cada

⁵ Esse termo tem a ver com polifonia, em se tratando de Bakhtin (2006 [1979]). Fairclough (2001, p. 134) afirma que “enunciados – ‘textos’ em meus termos – são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos”. Essa afirmação parece corresponder à noção bakhtiniana de ‘vozes’.

professor ecoa outras vozes, mesmo quando não os declara, reafirmando ou refutando, assim, posicionamentos hegemônicos.

(c) A relação entre o discurso dos professores e o social é de ordem dialética. Por exemplo, não é somente o que os participantes da pesquisa afirmam que define sua prática (ou o contrário). Os modelos docentes previamente recebidos, os estudos realizados, as experiências vividas, dentre outros, por sua vez, influenciam discurso e prática.

(d) As escolhas linguísticas e a maneira como os participantes direcionam sua fala estabelecem elos sistêmicos, percebidos nas entrelinhas, que revelam como são enquanto professores, o que pensam sobre literatura e ensino, como interagem e o que priorizam.

Na próxima seção, apresentam-se alguns conceitos básicos da Linguística de Corpus a fim de mostrar como a abordagem de corpus é uma possibilidade viável para a análise do discurso.

3.4.

A Abordagem de Corpus em Análise do Discurso

Na seção anterior, observamos que Fairclough (2001) articula teorias linguísticas (LSF) e questões sociológicas (política, ideologia, hegemonia). Dessa maneira, o autor apresenta a área da análise do discurso como uma atividade multidisciplinar, deixando claro que não existe procedimento fixo para se fazer a análise. É possível dizer que analistas do discurso fazem de forma consciente, sistemática e objetiva aquilo que se faz corriqueiramente no cotidiano: observam padronizações de linguagem em uso e as circunstâncias com as quais as mesmas estão associadas (Trappes-Lomax, 2004). Segundo Fairclough (2001), as pessoas abordam a análise do discurso de formas distintas, de acordo com a visão que possuem de discurso e com a natureza do trabalho. Sendo assim, o que se percebe é que não há consenso da metodologia empregada. Dentre as possibilidades metodológicas, de acordo com Fleischman (2001, p. 471), encontram-se a organização do discurso, as estruturas discursivas e características léxico-gramaticais.

Ao tentar articular os conceitos bakhtinianos acerca da natureza da linguagem com a LSF e com as considerações apresentadas por Fairclough

(2001), o interesse é deixar clara uma compreensão de discurso como eminentemente dependente do social. Em decorrência disso, a fim de realizar uma análise compatível com as noções apresentadas, recorreremos à Linguística de Corpus, que se afina com as perspectivas adotadas e é capaz de lançar luz sobre a forma como os dados podem ser tratados. Isso se torna possível tendo em vista que uma das características mais importantes da análise do discurso é a interdisciplinaridade, o que, de acordo Steen (2004), faz com que ela se torne um campo de investigação desafiador.

3.4.1. A Linguística de Corpus

Os estudos da linguagem podem ser divididos em duas áreas principais: os que estão voltados para as estruturas e aqueles acerca dos usos, conforme sugerem Biber, Conrad e Reppen (1998). Tradicionalmente, os autores apontam que a análise linguística parte de considerações abstratas sobre a língua sem a sua observação efetiva, enfatizando a identificação de unidades estruturais e de classes (morfemas, palavras, sintagmas, classes gramaticais) e a descrição de unidades menores que podem ser combinadas com outras maiores (como vocábulos que se combinam e formam sintagmas, que, por sua vez, se combinam e formam orações etc.). Todavia, há também uma perspectiva diferente, a qual enfatiza a língua em uso, ou seja, a maneira como ela concretamente se apresenta – que é o fundamento básico da Linguística de Corpus. A partir dessa perspectiva, portanto, é possível investigar como uma língua é efetivamente utilizada por seus usuários.

Assim como a Análise do Discurso e a LSF, a Linguística de Corpus é uma área de cunho interdisciplinar e vê a linguagem como “um fenômeno social e analisada a partir de atos concretos de comunicação, isto é, textos reais, buscando o significado onde este é negociado, ou seja, no discurso” (Oliveira, 2009, p. 49). Essa perspectiva sobre a linguagem e a maneira específica de fazer pesquisa através do estudo de textos reais, com o auxílio de programas computacionais, a fim de se extraírem evidências linguísticas, levam Oliveira (2009) a afirmar que a Linguística de Corpus é uma área do conhecimento com bases teóricas próprias e uma forma específica de desenvolver análises linguísticas. Acreditamos que o

aporte metodológico da Linguística de Corpus pode favorecer o fazer empírico em Análise do Discurso.

Um leque de possibilidades de investigação se abre ao buscar estudar a língua em uso, pois tanto a compreensão de aspectos funcionais em uma língua como um todo quanto à compreensão e interpretação de textos individuais tornam-se viáveis. Os corpora, portanto, são coleções de textos produzidos em situações reais que são armazenadas e acessadas por meio de ferramentas computacionais a fim de serem estudadas de forma não linear, quantitativa e/ou qualitativamente (Biber, Conrad e Reppen, 1998). Segundo Hunston (2005, p. 2), os linguistas geralmente usam o termo corpus para descrever uma amostra de linguagem, que ocorre naturalmente, mas que foi coletada para estudos empíricos.

De acordo com Barlow (1996), o uso de computadores e corpora oferece ao pesquisador a possibilidade de controlar o acesso aos dados conforme seu interesse investigativo (através das diferentes ferramentas) de maneira precisa e confiável. Nisso reside a abordagem de corpus nessa tese, além da crença de que a linguagem deve ser estudada a partir de seu uso: o acesso aos dados torna-se mais organizado, sistematizado. Isso reduz a possibilidade de que resultados tendenciosos sejam encontrados, muito embora Baker (2006) defenda não se poder excluir toda e qualquer instância de pré-julgamento, apesar de o uso de corpora na pesquisa em análise do discurso criar restrições aos pré-conceitos de ordem cognitiva.

Essa forma de acessar a linguagem propicia a possibilidade de tratamento quantitativo e qualitativo, sendo de grande relevância quando se pensa a interface entre a Análise do Discurso e a linguística de corpus. Chouliardak e Fairclough (2001) afirmam que muito do trabalho até então realizado pela Análise do Discurso tem sido de cunho teórico e programático, priorizando métodos qualitativos, e que, dessa forma, tem recebido críticas por não realizar uma análise sistemática, que inclua o uso de métodos quantitativos e computacionais, os quais poderiam fornecer base linguística mais sólida aos apelos sociais acerca do discurso. Outra crítica à escolha metodológica comumente utilizada em Análise do Discurso refere-se à ausência de replicabilidade e objetividade (Trappes-Lomax, 2004). A análise baseada em corpus, portanto, minimiza essas contestações.

Não obstante, como Oliveira (2009, p. 50) coloca, a Linguística de Corpus não se restringe a resultados numéricos extraídos do corpus, pois números ou estatísticas não são suficientes para a descrição de fatos linguísticos, “já que, para interpretar os dados, com base no corpus, muitas vezes temos que levar também em conta o cotexto e os aspectos sócio-culturais que estão ligados aos textos” (cf. Seções 4.3.2.1 e 5.2). A autora aponta ainda que tanto as evidências linguísticas quanto os números obtidos dos dados não são informações por si sós, sendo necessária a interpretação por parte do pesquisador a fim de que considerações e conclusões possam ser tecidas. Dessa maneira, percebe-se que a abordagem de corpus aliada à Análise do Discurso não suprime ou inviabiliza a subjetividade, ao contrário, reafirma-a, todavia, atribui maior sistematicidade e confiabilidade às análises (Baker, 2006).

Atualmente, a linguística de corpus exerce grande influência na pesquisa linguística, apesar de ainda não estar tão desenvolvida em outras partes do mundo quanto na Europa (Sardinha, 2004; Oliveira, 2009). Em 1964, o primeiro corpus eletrônico, o *Brown University Standard Corpus of Present-day American English*, que continha um milhão de palavras, surgiu a partir de um corpus não-computadorizado, o SEU (*Survey of English Usage*), em Londres, no final da década de 50. Oliveira (2009), no entanto, deixa claro que apesar de não ser recente, a pesquisa linguística baseada em corpus só se popularizou nos anos 80, devido a aspectos sócio-históricos, acadêmicos, tecnológicos e pragmáticos favoráveis. A expansão da área foi decorrente do engajamento de importantes linguistas na organização de corpora⁶. Hoje, existem inúmeros corpora eletrônicos espalhados pelo mundo, inclusive no Brasil, que possui, por exemplo, o CORPOBRAS PUC-Rio, coordenado por Lúcia Pacheco de Oliveira e equipe, no Rio de Janeiro⁷. Segundo Oliveira (2009), em 2008 o CORPOBRAS PUC-Rio ultrapassou a meta de um milhão de palavras, equiparando-se a corpora considerados médio-grandes.

Em se tratando dos procedimentos para a compilação de corpora computadorizados, Sardinha (2004, p. 19) propõe pré-requisitos: 1) os textos que

⁶ Oliveira (2009) cita Geoffrey Leech, Jan Svartvick, John Sinclair, Randolph Quirk e Douglas Biber como os linguistas pioneiros responsáveis pelo desenvolvimento da linguística de corpus.

⁷ O CORPOBRAS PUC-Rio objetiva tornar-se representativo do português do Brasil e, portanto, inclui diversos gêneros, dentre eles: editoriais, e-mails acadêmicos, e-mails pessoais, entrevistas acadêmicas, notícias de jornal, redações de alunos, reuniões, romances e roteiros. As entrevistas desta tese serão doadas para o projeto.

compõem o corpus precisam ser originais, produzidos em contextos naturais; e 2) um corpus deve ser representativo do idioma ou variedade linguística que se deseja estudar.

Hunston (2005) considera a existência de oito tipos diferentes de corpora: corpus especializado, corpus geral, corpora comparáveis, corpora paralelos, corpus de aprendizes, corpus pedagógico, corpus diacrônico ou histórico e corpus monitor. Para os fins desta tese, será interessante apenas diferenciar os corpora gerais dos especializados.

Um corpus geral, para Hunston (2005), é aquele que contempla diferentes gêneros, como o CORPOBRAS PUC-Rio, podendo incluir tanto a oralidade quanto a escrita, bem como amostras produzidas em um só país ou em vários. Tal corpus incluirá uma grande variedade de textos que podem ser utilizados para a produção de material de referência para o aprendizado de língua ou tradução. Por outro lado, um corpus especializado é utilizado para investigar um tipo particular de linguagem (Hunston, 2005). No caso dessa pesquisa, o que se fez foi compilar um corpus especializado, a partir de entrevistas, para o estudo do discurso sobre literatura.

Corpora especializados tendem a ser a preferência da maior parte dos pesquisadores. Em se tratando da construção de um corpus especializado, deve-se levar em conta, entre outros, a finalidade/propósito de sua construção, o gênero que se busca investigar, o tamanho que o corpus deverá ter e o modo como os dados serão coletados (Flowerdew, 2004).

Além disso, corpora especializados são mais apropriados para entender tipos específicos de linguagem acadêmica e profissional, o que acontece nesta tese, já que corpora gerais podem não ser apropriados para esta função por conta de sua composição interna. Por outro lado, corpora gerais são compilados com o propósito de se inferirem generalizações sobre a linguagem como um todo, ou sobre vastas categorias de textos (Flowerdew, 2004).

Outro aspecto de corpora especializados é o fato de os pesquisadores serem provavelmente os compiladores e terem familiaridade com a dimensão sócio-cultural em que o discurso foi produzido (Flowerdew, 2004). Assim, os compiladores/analistas podem funcionar como informantes etnográficos, o que contribui para um melhor entendimento dos contextos em que os corpora investigados foram produzidos.

Para que viabilizar a análise de corpora, é imprescindível o uso de programas computacionais, como o *Wordsmith Tools* (Scott, 1999), utilizado nesse estudo. Esse programa possui várias ferramentas com as quais é possível extrair a informação linguística que se deseja investigar⁸. A maior contribuição do conhecimento proveniente da Linguística de Corpus para este trabalho é o fato de ela olhar a linguagem sob a perspectiva do uso, sendo “observada em textos reais e analisada empiricamente” (Oliveira, 2009, p. 51).

É importante mencionar que esta tese, ao basear ainda que uma parte pequena da análise na tradição de pesquisa em Linguística de Corpus, confirma a solidificação da área como ramo de saber que tem suscitado diversos estudos no Brasil, como os de: Oliveira (1997 e 1999) – em que a autora faz, a partir de textos de alunos universitários, análise contrastiva entre a língua inglesa como L1 e como L2 (no caso de alunos brasileiros); Moraes (2005) – que analisa o metadiscorso em artigos acadêmicos; Caldeira (2006) – que investiga redações de vestibular, tecendo análise próxima do que se faz nesta tese, ao também articular a linguística de corpus e a LSF; Viana (2008) – em que o autor pesquisa o uso de verbos modais em inglês na escrita de alunos brasileiros; e Oliveira (2007) – que faz análise contrastiva do discurso acadêmico em diferentes culturas.

3.5. Resumo do capítulo

Neste capítulo, apresentamos compreensão de linguagem e discurso responsável por nortear a maneira como percebemos e lidamos com os dados. Adotamos a visão bakhtiniana de linguagem como um produto social, fruto da interação entre os indivíduos, e compreendemos que o discurso, como defende Fairclough (2001), é uma forma de ação, ou seja, um meio através do qual as pessoas agem sobre o mundo. Por isso, todo discurso é imbuído de valores ideológicos, crenças e conceitos.

Essa compreensão de linguagem embasa-se em contribuições teóricas de duas áreas interdisciplinares que se complementam: a LSF e a Linguística de Corpus. Portanto, acreditamos que a dimensão social da linguagem se constrói em

⁸ Nesse trabalho utilizamos as ferramentas *WordList*, *KeyWords* e *Concord*, descritas no Capítulo 4, Seção 4.3.2.1.

seu tecido gramatical e deve ser acessada a partir de evidências linguísticas – textos reais, quer dizer, língua em uso.

Sendo assim, realizar análise do discurso, que é o que fazemos neste estudo, é algo complexo, pois as escolhas linguísticas não são arbitrárias e veiculam ideias e visões de mundo complexas.